

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO N.º , DE 2014

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual situação da Cruz Vermelha Brasileira.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e do art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de Audiência Pública para debater a atual situação da Cruz Vermelha Brasileira (CVB), em especial as denúncias de desvios de doações à entidade a partir de 2010.

Como debatedores, sugerimos um representante de cada uma das seguintes instituições:

- Ministério da Justiça;
- Ministério Público Federal;

- Cruz Vermelha Brasileira;
- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha.

JUSTIFICATIVA

De acordo com denúncias confirmadas pela própria Cruz Vermelha Brasileira (CVB), R\$ 17 milhões de doações para ajudar campanhas humanitárias foram desviados para uma ONG no Estado do Maranhão, entre os anos de 2010 e 2012. Inicialmente, esse recurso deveria servir às vítimas da chuva na Região Serrana do Rio de Janeiro, ao combate da dengue no Brasil, às pessoas atingidas pelo tsunami no Japão e aos afetados pela crise alimentar na Somália.

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, edição de 25 de julho, uma auditoria independente, realizada a pedido da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha, com sede na Suíça, comprovou as suspeitas de que o dinheiro havia sido repassado para uma entidade no Maranhão, ligada à antiga administração da CVB. Além disso, a auditoria indicou que cerca de R\$ 6 milhões dos cofres públicos – a maior parte do Tesouro Federal – possivelmente foram desviados. A destinação dessas verbas deveria ser feita para as unidades de saúde sob responsabilidade da Cruz Vermelha.

Sem embargo, um escândalo dessa magnitude não pode ficar sem respostas, especialmente em se tratando de uma entidade tão séria, respeita e com uma história de ajuda humanitária de mais de um século. Não é demais lembrar que a Cruz Vermelha é a maior organização humanitária do mundo.

Esta Casa conta com a Frente Parlamentar em Defesa da Cruz Vermelha, que, certamente, com os demais membros deste Parlamento, lamenta essas denúncias e espera que os responsáveis sejam punidos, e o nome e a imagem da Cruz Vermelha, essencial há mais de um século na luta pela diminuição do sofrimento humano, sejam restaurados. Devemos encarar a Cruz Vermelha como um bem público, em prol da solidariedade. Por esse motivo, solicitamos o apoio dos membros desta Comissão, âmbito adequado ao debate aqui proposto, para a sua aprovação, com o intuito de podermos contribuir para o fortalecimento e lisura no trato da Cruz Vermelha.

Sala da Comissão, em 11 de julho de 2014.

Deputado Rubens Bueno

PPS/PR